

Programa Licenciaturas Internacionais Capes/Portugal como agente transformador da educação básica no Brasil¹

Rosemeire Aparecida Bom Pessoni²

Resumo: A internacionalização da educação superior é fundamentada na ideia do valor universal do conhecimento e da formação e expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes. A mobilidade, um dos aspectos da internacionalização, tem como objetivo produzir cidadãos que se sentem em casa no mundo. Este trabalho tem como tema central a Educação Superior, com enfoque nas políticas públicas de fomento à formação docente, em especial o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), da CAPES.

Palavras Chave: Internacionalização; Ensino superior; Programa CAPES/Portugal-PLI; Mobilidade acadêmica.

Abstract: Internationalization of higher education is based on the idea of the universal value of knowledge and education and it is expressed by several forms of cooperation between institutions, researchers, teachers and students. This paper presents preliminary results of a study aiming at the assessment of some editions of the Undergraduate International Program (PLI) developed by CAPES/Ministry of Education-Brazil.

Keywords: Internationalization; Higher education; CAPES/Portugal-PLI Program; Academic mobility.

Introdução

Internacionalização do Ensino Superior

A Universidade é o local onde devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração dos povos, respeitando, acima de tudo, as diferenças e as especificidades de cada nação, universidade, curso e de cada grupo, com suas culturas e seus valores (BATISTA, 2009). Nesse sentido a internacionalização da educação superior é fundamentada na ideia do valor universal do conhecimento e da formação e expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes (SENA et al., 2014).

Sendo assim, há um consenso que internacionalização não é globalização. São vistos como relacionados, mas são processos diferentes. Enquanto a globalização é impulsionada pela busca do crescimento econômico, internacionalização, por outro lado, representa a troca positiva de ideias e é uma possível alternativa para a educação para a cidadania global (GUO & CHASE, 2011). Nas universidades tem sido tratado como um projeto político institucional relacionado com fluxo de pessoas, recursos, desenvolvimento de oportunidades, agregação de valor e incremento dos currículos (TADAKI & TREMEWAN, 2013).

Nesse contexto, a cooperação internacional é uma forma de amadurecimento da internacionalização por propiciar uma ampliação do diálogo entre as instituições, participação conjunta nos processos decisórios e gerenciamento dos projetos e com compartilhamento de custos (TOSCANO 2014). As parcerias internacionais se

¹ Este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa relativa à tese para obtenção de Doutorado em Educação.

² Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (2002). Professora titular e Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Metodista de São Paulo. Doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação da Profa Dra Roseli Fischmann. E-mail: rosemeire.pessoni@metodista.br.

caracterizam pelos acordos institucionais, programas de cooperação, investigação conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes e professores. Paralelamente existem as ações de ensino, que englobam aspectos relacionados com o desenvolvimento da estrutura curricular com conteúdo internacional, importância da aprendizagem de uma língua estrangeira, utilização da literatura e inserção do ensino em língua estrangeira e a formação intercultural (BATISTA, 2009; REYES, 2012).

Razão para a Internacionalização do Ensino Superior

O tema internacionalização tem sido central em discussões e debates no mundo. O foco desta discussão é o fato de que não há mais fronteiras para a educação, pois os avanços na área educacional e na área tecnológica promovem mudanças que vêm definindo os rumos da humanidade (REYES, 2012).

Knigth e De Wit (1995) identificaram quatro categorias de razões para a internacionalização: socioculturais, políticas, acadêmicas e econômicas e que foram ampliadas por Knight (2004), considerando também a distinção entre as razões fundamentais a nível nacional e internacional e adiciona ao nível institucional a importância da reputação internacional (Quadro 1).

Quadro 1 – Razões fundamentais que estimulam a internacionalização

Razões fundamentais	Subcategorias de Razões fundamentais	Razões emergentes
Socioculturais	Identidade cultural nacional Desenvolvimento dos cidadãos Desenvolvimento social e comunitário	<i>Nível Nacional:</i> Desenvolvimento de recursos humanos Alianças estratégicas Transações comerciais. Construção da nação Desenvolvimento social/cultural
Políticas	Entendimento intercultural Política externa Segurança nacional Assistência técnica Paz e entendimento mútuo Identidade nacional Identidade regional	<i>Nível Institucional:</i>
Econômicas	Competitividade e crescimento económico Mercado de trabalho Incentivos financeiros às instituições e governos	Reputação e perfil internacional Geração de receita Desenvolvimento de estudantes e professores Alianças estratégicas Produção do conhecimento
Acadêmicas	Reputação Melhoria da qualidade Padrões académicos internacionais Prover uma dimensão internacional para investigação e ensino	

Fonte: Knight (2004).

O interesse crescente no reconhecimento internacional para manter uma posição de vantagem competitiva tem levado muitas instituições a procurar uma certificação da qualidade dos seus serviços pelos organismos de acreditação internacional (REYES, 2012).

Mobilidade Internacional de Estudantes

Estudantes em mobilidades são aqueles que atravessam as fronteiras com a intenção de estudar (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico –

OCDE, ano?). A mobilidade, um dos aspectos da internacionalização do ensino superior, tem como objetivo produzir cidadãos que se sentem em casa no mundo e promover o multiculturalismo dos estudantes, a partir de um currículo mais crítico e reflexivo (LIMA & MARANHÃO, 2011). As trocas de experiências acadêmicas internacionais são importantes para a formação de capital humano e cultural qualificado e a formação de um profissional cosmopolita (LIMA & MARANHÃO, 2011; SENA et al., 2014). A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) defende que as políticas para o ensino superior busquem relevância, qualidade e internacionalização, a fim de que ocorram reflexões globais do aprendizado e da pesquisa, compartilhando conhecimentos teóricos e práticos entre pessoas, países e continentes.

Dados da UNESCO (2009) demonstram que há uma intensificação da internacionalização, com mais de 2,8 milhões de estudantes em mobilidade (LIMA & MARANHÃO, 2011). A experiência dos alunos no exterior pode ter impacto nas instituições e influenciar o comportamento político do país de origem, se o estudante evidenciou reais interações no local e se compartilhou do senso de comunidade e identidade comum (TOSCANO, 2014).

Assim, as ações de mobilidade estão se tornando cada vez mais importantes conforme reportado por Marckovitch (1994 apud REYES, 2012).

Preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior cujo processo de internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos (MARCKOVITCH, 1994, p.17).

Diversos países têm, há vários anos, encorajado suas universidades a estabelecerem acordos de intercâmbio com universidades de outros países, entre estes acordos, o de troca de estudantes e professores, programas de pesquisa conjunta, duplo-diploma, além de outras atividades que ampliem o entendimento de outras culturas, valores, e sistemas educacionais. Aprender a trabalhar em uma economia global tem se tornado uma exigência na sociedade atual. Assim, as instituições de ensino têm respondido a estas pressões por meio de diferentes estratégias, e esta preocupação tem permanecido no topo da lista de prioridade (RICCIO & SAKATA, 2006).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por grande esforço do Brasil em capacitar docentes no exterior em nível *strictu sensu*, através das políticas de agências como a CAPES e o CNPq. Hoje, o que observamos em decorrência é o crescimento e grande envolvimento com pesquisas internacionais desses docentes com experiência externa. O apoio das agências brasileiras com bolsas específicas para estes casos foi fator decisivo na grande oportunidade de professores frequentarem cursos no exterior (TELES, 2005).

No entanto, o mesmo não acontecia com a graduação no Brasil. Até recentemente não havia um programa efetivo de apoio financeiro para esta modalidade de intercâmbio, ficando este restrito a alunos que possuíam recursos financeiros familiares. O Programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/PORTUGAL (PLI) vem fechar essa lacuna e ainda com o diferencial de financiar graduandos egressos do ensino público, dando oportunidade aos estudantes que teriam menores chances de efetuarem intercâmbios com recursos próprios. Esse fato, sem dúvida poderá

contribuir para diminuir a desigualdade existente entre as classes socioeconômicas no Brasil. Ainda, o PLI surge como proposta de financiamento de projetos que visa à elevação da qualidade dos cursos de licenciatura e a formação inicial de professores, nas áreas de Química, Física, Matemática, Biologia, Português, Artes e Educação Física, estimulando o intercâmbio em nível de graduação sanduíche com dupla titulação, de estudantes de cursos de licenciaturas de universidades brasileiras com universidades de Portugal. Assim, esse trabalho teve como objetivo avaliar PLI nas edições I a IV, como uma política pública de fomento e qualificação dos cursos de licenciatura.

Avaliação do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI-CAPES/PORTUGAL) resultados preliminares

O PLI tem como objetivo a preocupação com a formação dos educadores e o incentivo para a carreira docente caminho para a consolidação da identidade profissional. Sendo um programa recente, existe uma carência em relação a estudos sobre esse processo, bem como das experiências das diferentes universidades participantes desse programa. Desta forma no presente estudo foi efetuada a análise do PLI nos Editais I (2010), II (2011), III (2012) e IV (2013) com relação aos aspectos quantitativos: número de projetos, categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), projetos por regiões geográficas e áreas de conhecimento contempladas. Com o objetivo de aprofundar a análise, foi realizada a construção da trajetória institucional do PLI, buscando acompanhar as diferentes fases do programa: desde sua concepção, elaboração e implantação até a sua operacionalização final. Busca-se também conhecer suas fases por meio de uma pesquisa com os atores envolvidos nesse programa, gestores institucionais nos diferentes níveis hierárquicos, professores e alunos que participaram do intercâmbio (etapa em andamento e não contemplada nesse artigo).

O Programa de Licenciaturas Internacionais constituiu inicialmente uma iniciativa da CAPES, da Universidade de Coimbra e com apoio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) visando à melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura e a formação de professores das instituições brasileiras de ensino superior e tendo como principais objetivos ampliar a formação de docentes para o ensino básico no contexto nacional; ampliar e dinamizar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciatura e apoiar a formulação e implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, com ênfase no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (PLI Edital 2010).

Os Editais PLI I (2010) e PLI II (2011) o intercâmbio de graduação sanduíche, com dupla titulação ocorreu entre as universidades públicas e confessionais brasileiras exclusivamente com a Universidade de Coimbra. A partir do Edital III (2012), abriu-se a possibilidade de projetos de universidades privadas brasileiras participarem do Edital e ampliou-se o rol de universidades portuguesas, participando as seguintes instituições: Universidade Nova de Lisboa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Trás-os-Montes (PLI Edital III, 2012 e Edital IV, 2013).

As análises dos resultados dos diferentes editais efetuada no presente trabalho estão esquematizadas nas figuras a seguir, sendo que os dados das categorias administrativas das IES são apresentados na figura 1.

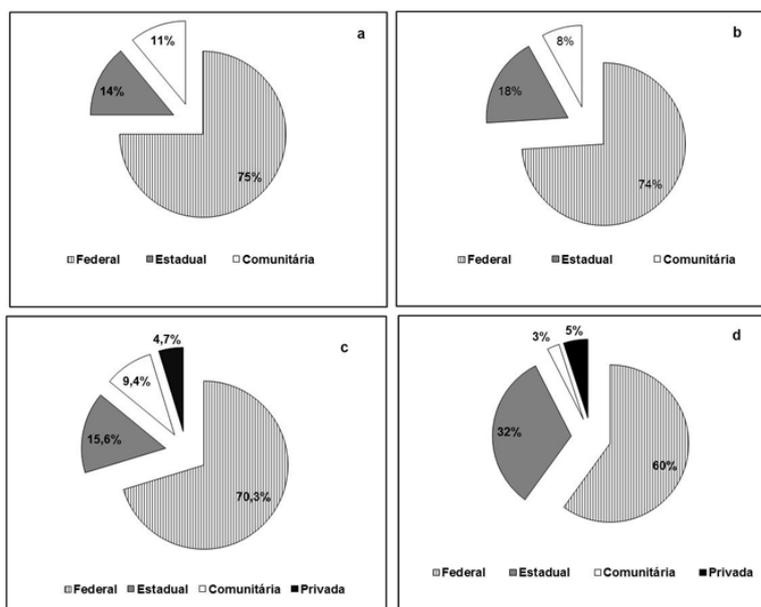


Figura 1. Categorias administrativas das IES dos projetos aprovados no Edital I (a), II (b), III (c) e IV (d). Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

Com base nos resultados dos diferentes editais verificou-se que as universidades federais foram as principais instituições participantes do PLI (Fig. 1), com mais de 70%. Dentro do panorama nacional, as IES federais ainda são uma parcela minoritária perfazendo um total de 103 instituições em contraposição às 2.112 instituições privadas conforme Censo da Educação Superior de 2012 (MEC/Inep, 2012), ou seja, embora as IES federais representem cerca de 5% do total das instituições ainda assim elas tiveram o maior percentual de projetos aprovados.

Os dados apresentados na figura 2 referem-se às regiões geográficas brasileiras de origem dos projetos aprovados nos editais PLI I a IV.

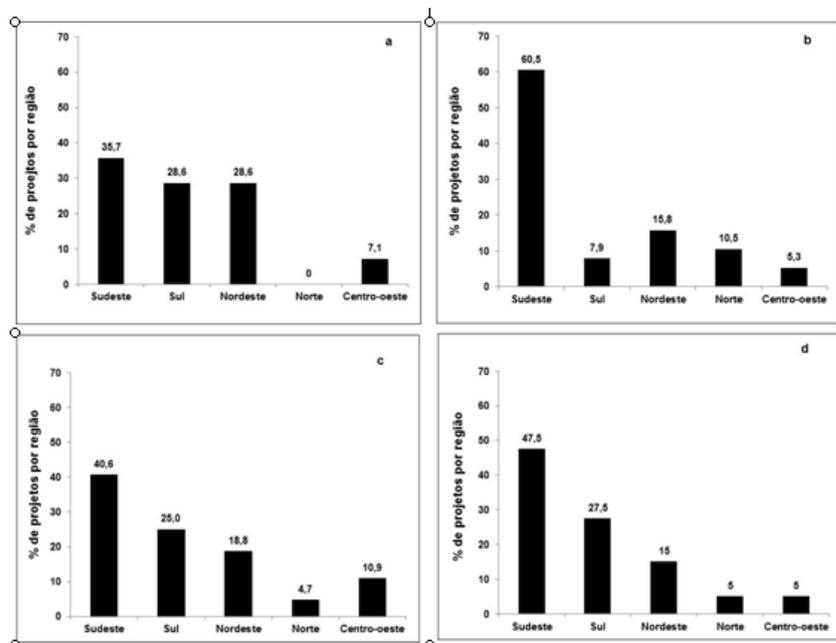


Figura 2. Região geográfica brasileira de origem dos projetos aprovados no Edital I (a), II (b), III (c) e IV (d). Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

A Região Sudeste teve a maior representatividade, principalmente no Edital II, com 60,5% de projetos aprovados (Fig. 2b). Levando em consideração os dados do Censo da Educação Superior de 2012 (MEC/Inep, 2012), essa região apresenta a maior porcentagem de IES, 48,5% (Fig. 3), o que pode ser indicativo de maior número de propostas encaminhadas a CAPES e, em consequência, maior número de projetos aprovados. Não há, porém, um paralelo entre o número de IES de uma região e o número de projetos aprovados, haja vista que a região Nordeste possui 18,3% de IES e teve número menor de projetos aprovados que a região Sul (Fig 2 c,d), que apresenta 16,9% das IES do país (Fig.3).



Figura 3. Número de Instituições de Educação Superior (IES), por categoria administrativa (Público e privada), segundo a região geográfica – Brasil- 2012. Fonte: MEC/Inep (2012).

Porém, quando se compara a porcentagem de projetos aprovados com porcentagem de matriculados em cursos de licenciatura nas diferentes regiões conforme dados do MEC (2011), verifica-se certa proporcionalidade, exceto para a região Sul, que apresenta uma porcentagem de alunos matriculados em licenciatura menor que a região Nordeste (Tab. 1) e um maior número de projetos aprovados (Fig. 2 c,d).

Tab. 1. Matrículas em licenciaturas presenciais nas 5 regiões em 2010. Fonte: MEC 2011

Região	Matrículas 2010	%
Sudeste	368631	39,7
Sul	131584	14,2
Nordeste	237432	25,6
Norte	97556	10,5
Centro-oeste	93545	10,1
Total	928748	100,0

As áreas do conhecimento dos projetos aprovados nos diferentes Editais PLI estão apresentadas na figura 4.

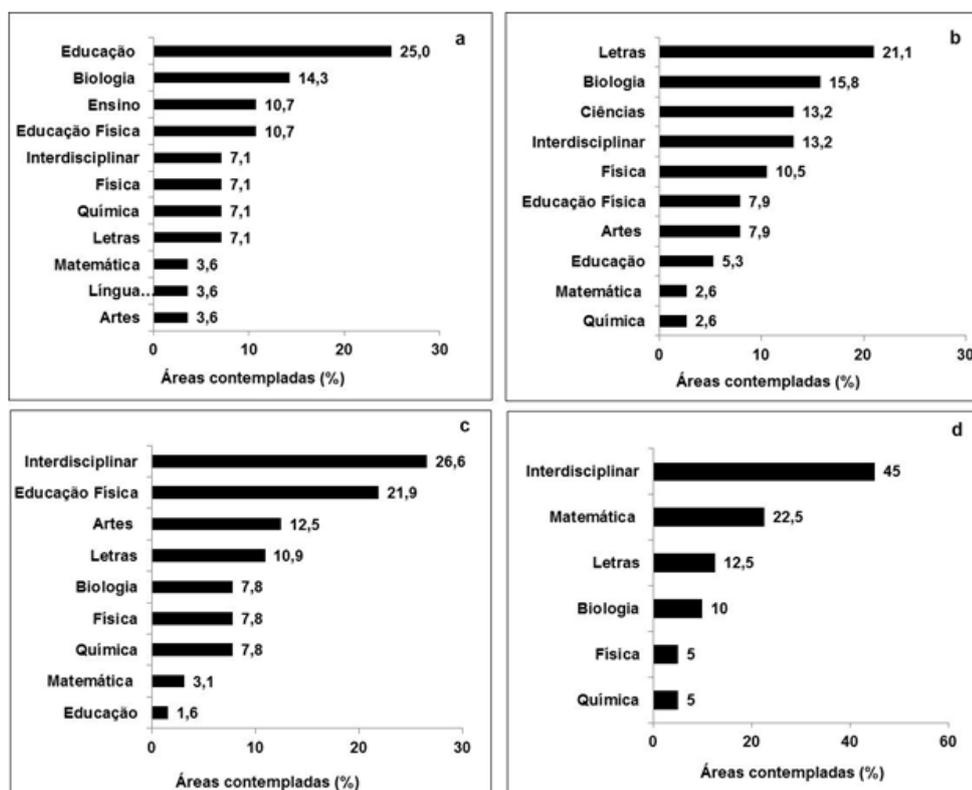


Figura 4. Áreas do conhecimento dos projetos aprovados no Edital I (a), II (b), III (c) e IV (d).
 Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

As áreas do conhecimento com maior número de projetos aprovados do PLI foram Educação no Edital I (Fig. 4a), Letras no Edital II (Fig. 4b) e projetos interdisciplinares nos Editais III e IV (Fig. 4 c,d). A classificação em Educação pode induzir a se pensar na área da Pedagogia, porém esse curso não foi contemplado nesse Programa da CAPES, provavelmente são projetos interdisciplinares que foram nomeados como Educação.

No levantamento realizado pelo Observatório do Plano Nacional de Educação (<http://www.observatoriiodopne.org.br>) com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2013, cerca de 50% dos professores do ensino médio da rede de ensino no Brasil não tem licenciatura na disciplina que leciona, embora a quase totalidade tenha graduação e um pouco mais de 70% possuam licenciatura em outra área. Dentre as disciplinas exigidas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares, Física é a área com menos professores habilitados (Quadro 2) e teve um número intermediário de projetos aprovados, em torno de 7% do total (Fig.4).

Quadro 2. Distribuição percentual de professores graduados e com licenciatura nas diferentes disciplinas – Censo Educação Básica 2013 (Inep).

Disciplina	Total de docentes	% Com curso superior	% Com licenciatura	% Com licenciatura na área em que atuam
Todas	613744	95,3	77,9	48,3
Matemática	74860	96,2	80,5	63,4
Português	84846	97,0	85,5	73,2
História	54893	95,8	78,3	58,1
Geografia	52347	95,5	81,7	56,8
Química	45619	94,3	71,4	33,7
Física	50802	94,6	73,9	19,2
Biologia	52722	95,1	78,4	51,6
Filosofia	45193	93,9	74,7	21,2
Educação Física	46080	95,0	81,3	64,7
Artes	45569	93,8	63,1	14,9
Língua estrangeira	60813	95,0	79,3	44,2

Fonte: Portal Todos pela Educação (2014).

A ausência de professores habilitados para ministrar aulas é uma constante nas escolas, principalmente nas públicas. Em estudo sobre o número de concluintes dos cursos de licenciatura e a demanda de professores Pinto (2014) observou que não existe falta de professores formados aptos a lecionar em suas áreas de formação. De fato, o que falta é atratividade e valorização da carreira docente. Nesse particular o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é uma tentativa do Governo Federal de incentivar e valorizar a formação docente. Frente à crise econômica atual, resta observar os rumos que essa área tomará como prioridade nacional.

Referências

BATISTA, J.S.M. O processo de Internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Uberlândia. **Dissertação Mestrado**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade São Paulo. 2009.

GUO, S., & CHASE, M. Internationalisation of higher education: Integrating international students into Canadian academic environment. **Teaching in Higher Education**, vol. 16, n. 3, 305-318, 2011.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales”, **Journal of Studies in International Education**, v.8, nº 1, 2004.

KNIGHT J.; DE WIT, E H. Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries, **European Association for International Education**, Amsterdam. 1997.

LIMA, M.C.; MARANHÃO, C.M.S.A. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação?. Ensaio: **aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 575-598, 2011.

MEC. Cresce a procura por cursos presenciais de licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17255, 2011. Acesso em 10 agosto 2015.

MEC/INEP. Resumo técnico: Censo Educação Superior de 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/cento-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso em 10 agosto 2015.

PINTO, J.M.R. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? **Jornal de Políticas Educacionais**, no. 15, p.03–12, 2014.

PLI - Programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/UC. Edital 035/2010/CAPES, 2010. <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/licenciaturas-internacionais-portugal>. Acesso 06 de junho de 2015.

_____ - Programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/UC. Edital nº 008/2011/CAPES, 2011. <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/licenciaturas-internacionais-portugal>. Acesso 06 de junho de 2015.

_____ - Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI). Edital nº 008/2012 /CAPES, 2012. <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/licenciaturas-internacionais-portugal>. Acesso 06 de junho de 2015.

_____ - Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI). Edital nº 017/2013/CAPES, 2013. <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/licenciaturas-internacionais-portugal>. Acesso 06 de junho de 2015.

PORTAL TODOS PELA EDUCAÇÃO. 51,7% dos professores do EM não têm licenciatura na disciplina que lecionam. Reportagem de 14 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/30096/483-dos-professores-ensino-medio-tem-licenciatura-na-disciplina-que-ministram>. Acesso em 10 de agosto 2015.

REYES, M.C.L. Fortalecimento das capacidades do Serviço de Mobilidade Acadêmica do Instituto Tecnológico de Boca del Río. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2012.

SENA, A.P.; MATOS, F.R.N.; MACHADO, D.Q.; SENA, A.M.C. Internacionalização da educação superior: um estudo com alunos intercambistas de uma instituição de ensino superior do Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22 (122), 2-25, 2014.

TADAKI, M., & TREMEWAN, C. Reimagining internationalization in higher education: International consortia as a transformative space? **Studies in Higher Education**, 38(3), 367-387, 2013.

TOSCANO, D. Os padrões da cooperação educacional – O caso dos Estados Unidos-Brasil, e Fulbright-CAPES. **Boletim Meridiano**, 47 vol 15, n. 144, p.24-

Recebido para publicação em 17-09-15; aceito em 05-10-15